



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

DATA DE ENTREGA

05/05/2011

EMENTA:

Sugere a realização do II Seminário "Escola sem Homofobia".

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE

SUGESTÃO Nº 10/2011

Denominação: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

CNPJ: 00.442.235/0001-33

Tipos de Entidades: (X) Associação () Federação () Sindicato

() ONG

() Outros ()

Endereço: Av. Mal. Floriano Peixoto, 366 – Cj. 43

Cidade: Curitiba **Estado:** PR **Cep:** 80010-130

Fone: **Fone/Fax:** (41) 3222-3999


Correio-eletrônico: presidencia@abglt.org.br

Responsáveis: TONI REIS - Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos “I” e “II” do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da Associação supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília/DF, 05 de maio de 2011.


CLÁUDIO RIBEIRO PAES
Secretário em exercício



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Presidência

Ofício PR 105/2011 (TR/dh)

Curitiba, 02 de maio de 2011

Ao: Exmo. Sr. Deputado Vitor Paulo
Presidente da Comissão de Legislação Participativa
Câmara dos Deputados

Ref.: Solicita a realização do II Seminário “Escola Sem Homofobia”

Senhor Deputado,

A ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – é uma entidade de abrangência nacional, fundada em 1995, que congrega 237 organizações congêneres e tem como objetivo a defesa e promoção da cidadania desses segmentos da população. A ABGLT também é atuante internacionalmente e tem status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas.

Neste sentido, e com o apoio desta Comissão, foram realizados na Câmara dos Deputados a Audiência Pública “Homofobia nas Escolas” e o Seminário “Escola Sem Homofobia”, em 2009 e 2010, respectivamente.

Acreditamos ser importante promover novamente este debate na Câmara dos Deputados e, portanto, gostaríamos de solicitar a realização do II Seminário “Escola Sem Homofobia” pela Comissão de Legislação Participativa, com a adoção das seguintes providências:

- divulgação do Seminário na intranet e produção de material gráfico para distribuição;
- reserva de Auditório na Câmara dos Deputados e todos os serviços de apoio durante o Seminário;
- concessão de 3 (três) passagens aéreas e diárias para os palestrantes.

Anexamos para apreciação proposta de justificativa e proposta inicial de programação.

Na expectativa de sermos atendidos, estamos à disposição.

Atenciosamente

Toni Reis
Presidente

Irina Bacci
Secretária-Geral

SEMINÁRIO “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”

JUSTIFICATIVA

A escola é um lugar privilegiado para promover a cultura de respeito às diferenças, à diversidade e de inclusão social, rumo a uma verdadeira democracia em que todos os cidadãos e todas as cidadãs possam conviver com igualdade e sem discriminação.

O papel da escola e do/da profissional de educação nesse processo é fundamental. É através da educação que a promoção dessa cultura pode acontecer da forma mais efetiva, moldando novos valores e atitudes de respeito e paz, desconstruindo velhos e arraigados preconceitos, formando cidadãos e cidadãs que comporão uma sociedade mais justa.

A homossexualidade ainda é um tema cercado de preconceitos em nossa sociedade. O preconceito, de modo geral, surge em razão de falta de conhecimento – sendo esta uma lacuna que compete à escola preencher. E o preconceito, quando colocado em prática, se transforma na discriminação que, inclusive, marginaliza as pessoas cuja sexualidade é diferente da “ortodoxa”.

Na pior das situações, a consequência dessa discriminação da sexualidade não ortodoxa é a expulsão pela família, a rejeição pelos colegas, a evasão escolar, a resultante falta de qualificação para o mercado de trabalho, a discriminação na busca por emprego e, para alguns, a prostituição como uma última alternativa de sobrevivência, com toda a vulnerabilidade social e pessoal que esta situação acarreta.

Menos visível, mas não menos pesado para muitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), é o isolamento social decorrente da reação de outras pessoas do convívio social diante da homossexualidade, ou oriundo do próprio medo de se assumir enquanto homossexual, preferindo o afastamento social ou a ocultação da própria orientação sexual à temida rejeição. Em alguns casos, essa situação pode levar as pessoas a se suicidarem.

Estudos publicados nos últimos anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a homo-lesbo-transfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) permeia a sociedade brasileira e está presente nas escolas. A pesquisa intitulada “Juventudes e Sexualidade”, realizada pela Unesco no ano 2000 e publicada em 2004, foi

aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras. Na pesquisa, 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.

O estudo "Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas", publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, traz uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores do Distrito Federal, e aponta que 63,1% dos entrevistados em uma escola alegam já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos professores também afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmam que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

A pesquisa "Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar" realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e também publicada em 2009, é uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, e revela que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual.

A Fundação Perseu Abramo publicou em 2009 a pesquisa "Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais", que demonstra que 92% da população reconhece que existe preconceito contra LGBT e que 28% reconhece e declara o próprio preconceito contra LGBT, percentual este cinco vezes maior que o preconceito contra negros e idosos, também identificado pela Fundação.

Essas diversas e conceituadas fontes deixam claro que há muito o que fazer para diminuir a homo-lesbo-transfobia, e um dos lugares que mais pode influenciar positivamente nesse processo é a escola. Muito trabalho também já vem sendo feito nessa área e é importante destacar aqui as recomendações aprovadas da Conferência Nacional de Educação Básica em relação à diversidade sexual, dentre as quais citamos:

- evitar discriminações de gênero e diversidade sexual em livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas;
- ter programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade.

- promover a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;
- evitar o uso de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória em material didático-pedagógico;
- inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

A Conferência Nacional LGBT (2008), também aprovou 561 recomendações para políticas públicas para LGBT em diversas áreas, as quais foram sistematizadas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em 14 de maio de 2009. O Plano prevê quinze ações a serem executadas pelo Ministério da Educação e será mais uma ferramenta para promover a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas.

A Conferência Nacional de Educação (2010), no seu Eixo Temático VI, também aprovou mais de 20 recomendações relativos a gênero e diversidade sexual, que poderá ser objeto das exposições no Seminário.

O Seminário proposto tem o objetivo de apresentar e disseminar as informações das pesquisas mencionadas acima, bem como apresentar as políticas públicas propostas para a reversão desse quadro, visando promover a conscientização e o debate acerca do tema no Congresso Nacional e nos meios de comunicação.

As pesquisas citadas nesse texto podem ser consultadas em <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php>

